



## O CONCEITO DE CIÊNCIA E DEMOCRACIA: II CONFERÊNCIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (NITERÓI, RJ)

SANTOS, Roberta Hanthequeste B. dos  
*Estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF*  
*roberta.hant@gmail.com*

SANTOS, Priscila Tavares  
*Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia - UFF*  
*Pris\_tavares2000@yahoo.com.br*

692

### RESUMO

Este estudo pretende compreender como foram estabelecidas as práticas discursivas no âmbito da II Conferência de Ciência e Tecnologia de Niterói com o intuito de provocar uma reflexão a respeito de quanto estas ações, as quais se pretende que resultem em políticas públicas, vêm, de fato, contribuir para construção de espaços democráticos e instrumentos sociais viabilizadores de uma proposta política como expressão das convicções e expectativas dos representantes presentes na Conferência. Procurou-se, no cenário de análise, contemplar as práticas de representatividade dos diversos segmentos, por meio de uma etnografia, no intuito de compreender os significados e os conjunto de fenômenos reunidos, a partir do papel dos agentes de mediação dos segmentos que integraram a II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação e suas concepções acerca do conceito de ciência.

**Palavras-chave:** Conferência. Representação. Ciência

### ABSTRACT

This study want to understand how discursive practices were established under the II Conference on Science and Technology of Niterói to induce a debate as to how these shares, which are intended to result in public policies, are in fact contribute to building democratic spaces and social enablers instruments of a policy proposal to reflect the beliefs and expectations of the representatives present at the conference. It was appreciated, consider the practices of representation of the various segments, through an ethnographic study in order to understand the meanings and assembled set of phenomena, from the unction of mediation agents of the segments that made up the II Conference Hall of Science, Technology and Innovation and its notion of the concept of science.

**Key-words:** Conference. Representation. Science



## Introdução

Neste texto apresento algumas reflexões acerca do processo de construção do Plano Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói (PMCTN), a partir da análise de discurso de seus representantes e de observação direta. Para tanto, tomamos como ponto de partida o conceito de ciência e de democracia que orientaram as ações dos participantes e representantes institucionais da II Conferência de Ciência e Tecnologia do município de Niterói (Rio de Janeiro).

Buscamos compreender como são estabelecidas as práticas discursivas no âmbito da II Conferência de Ciência e Tecnologia de Niterói com o intuito de provocar uma reflexão a respeito de quanto estas ações, as quais se pretende que resultem em políticas públicas, vêm, de fato, contribuir para construção de espaços democráticos e instrumentos sociais viabilizadores de uma proposta política como expressão das convicções e expectativas dos representantes presentes na Conferência. Pretendemos ainda trazer à tona as condições de atuação dos representantes presentes e de funcionamento dos instrumentos políticos do COMCITEC, bem como as relações estabelecidas entre os segmentos sociais ali representados (professores, conselheiros, representantes das universidades com sede em Niterói, representantes das instituições de ensino de Niterói, representantes das instituições de pesquisa de Niterói, entre outros).

A II Conferência de Ciência e Tecnologia de Niterói ocorreu nos dias 02 a 04 de dezembro de 2013, entretanto o regimento interno foi elaborado em momento anterior. O primeiro dia do evento foi iniciado com uma palestra realizada pelo então diretor geral do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste) e reuniu representantes de instituições eleitas pelo Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (COMCITEC). As atividades iniciais tinham como objetivo a apreciação, a modificação, a votação e a aprovação do plano municipal. Durante o segundo dia de atividades, os participantes se reuniram em grupos de trabalho segundo a divisão proposta pelo PMCTN e foram propostas e votadas alterações no documento inicial. Por fim, no último dia da Conferência, todas as alterações propostas pelos grupos foram apresentadas e votadas com todos os participantes reunidos o que encerrou as discussões e elaborou o documento final.

Neste sentido, esperamos apresentar umas reflexões sobre o conjunto de fenômenos sociais e políticos que contribuiriam para construção do PMCTN a partir da II Conferência



Municipal de Ciência e Tecnologia, dando enfoque nos significados atribuídos ao conceito de “ciência” e de “democracia” principalmente a partir dos representantes institucionais e demais participantes convidados a integrarem este quadro.

### **Algumas considerações sobre o campo de análise**

Cumpra esclarecer que a condição de Secretária-Executiva do COMCITEC era, durante o período de observação, desempenhada por uma de nós. Em sendo assim, destaco o papel de agente mediadora das ações propostas por este órgão em diálogo com o demais participantes e integrantes desta Conferência. Este modo de inserção no campo por uma das pesquisadoras está portanto marcado por relativa ambiguidade. Por um lado, favorecia-nos ao acesso aos processos de caráter mais restrito, bem como, nos ajudava na promoção de encontros formais de discussão neste campo. Esta posição, neste sentido considerada privilegiada, permite a observação mais próxima das relações estabelecidas. Sem deixar de considerar que este papel que neste momento foi desempenhado colocou-nos diretamente em relação com todos os integrantes do conselho.

Por outro lado, vale à pena mencionar que esta condição exige um esforço no sentido do distanciamento necessário à realização desta proposta de estudo. As dificuldades inerentes ao estudo de campo do qual se integra já foram consideradas por Velho (1978). Neste texto, destaca que as condições de objetividade são requisitos fundamentais à realização da investigação por parte do pesquisador. Deste modo, esperamos trazer à tona categorias específicas colocadas em ação nestes dois cenários.

Sobre a questão da análise etnográfica e da inserção do pesquisador no campo de observação, Velho (1978) nos alerta sobre a necessidade do distanciamento em relação ao que se quer observar, principalmente se integramos o que pretendemos estudar. Estar ciente desta postura metodológica, de colocar-se como estrangeiro no lugar comum, é fundamental para trazer à tona os princípios norteadores das ações dos sujeitos, mas também estar atento aos significados que categorias usualmente compartilhadas podem expressar para além daqueles que supomos conhecer, como pretendo aqui descortinar o conceito de ciência.

Relativizar o familiar não é negar-lhe suas dimensões, mas se propor a conhecer o que se supõe conhecer. Atenta a isso, minha postura enquanto pesquisadora e integrante dos



quadros do Conselho é uma postura diferenciada e que espero poder revelar as discontinuidades desses dois mundos. (Velho, 1978)

Como considera ainda Peirano (1992), o trabalho de campo etnográfico é método fundamental ao campo sociológico, pois permite, para além da simples técnica de coleta de dados, imergir no mundo do outro, compreendendo suas lógicas de ação, seus processos de construção.

### **Processos sociais de construção da II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói**

O COMCITEC, com sua lei de criação datada de dezembro de 2005, e reformulada em 2007, com previsão de dotação orçamentária, foi criado com a finalidade de elaborar a política municipal científica e tecnológica do município de Niterói. Após a conferência municipal, realizada em 2008, os participantes ali presentes apresentaram as “diretrizes para política pública municipal de ciência e tecnologia”, o Conselho permaneceu inativo por quatro anos e só retomou suas atividades no ano de 2013.

Após este período de atividades interrompidas, para a nova gestão iniciada em 2013, buscou-se a representatividade das universidades sediadas em Niterói; instituições representativas na produção de ciência e tecnologia do município, bem como, pesquisadores valorizados por sua ampla experiência no setor acadêmico.

Na primeira Sessão Plenária de 2013 (reunião mensal com o intuito de reunir os conselheiros para discussão e deliberação a respeito da política científica e tecnológica do município), o grupo de conselheiros elaborou um plano de trabalho para nortear as suas ações. Durante o período de realização do trabalho de campo etnográfico, o então presidente do conselho propôs a realização de uma conferência com o objetivo de elaborar o PMCTN, nos moldes daquele que havia sido produzido a partir das reuniões que ocorreram durante o chamado Conselho Municipal de Educação, em 2007. A proposta havia sido apresentada e discutida com os secretários Executivo e de Ciência e Tecnologia, antes mesmo de ter sido apresentada e aprovada pelos Conselheiros, contudo sem grandes ressalvas.

Em uma das sessões plenárias, pudemos observar que o então Presidente sugeriu como objetivo para a II Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia a construção de um conjunto de ações cronologicamente organizado e previamente definido cujos efeitos esperados eram



descritos em ações, este seria o “Plano de Metas Municipal” com vigência para 10 anos. Um dos Conselheiros, representante da Universidade Federal Fluminense, recomendou que na construção deste plano fosse considerado o resultado da 4ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação.<sup>1</sup>

Ainda nesta mesma reunião que observamos, foi deliberada uma comissão composta por três conselheiros que se responsabilizariam por elaborar uma minuta, espécie de modelo do plano municipal de ciência e tecnologia a ser apreciada pelo grupo de conselheiros, previamente à realização da conferência.

Para tanto, a Secretária-Executiva elaborou uma minuta do chamado Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação em parceria com uma funcionária da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Este documento apontava para a necessidade de utilização de um relatório produzido pelos então representantes do Conselho a partir das discussões estabelecidas entre os participantes da 1ª Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia realizada em 2008. Estes documentos apresentavam alguns princípios norteadores das ações relacionadas ao setor de “Ciência e Tecnologia” para o município de Niterói. Seus representantes decidiram, o que ficou expresso em minuta, o que seriam os princípios norteadores de suas ações, mantendo o modelo expresso no PME de 2007.

O documento elaborado foi levado às sessões plenárias que antecederam a conferência. Neste contexto, as metas foram lidas e modificadas pelos conselheiros que estiveram presentes nas reuniões. Como podemos observar em situação de trabalho de campo, a frequência dos conselheiros nestas reuniões era escassa e era decorrente de um expressivo esforço dos secretários do conselho para mobilização e motivação dos representantes indicados. Essas ações tinham o objetivo de chamar ao comparecimento às reuniões e à participação nas sessões plenárias.

O documento elaborado a partir das discussões neste contexto estabelecidas seria levado à II Conferência. Neste momento, seria colocado em aprovação e apreciação por uma comissão composta por três conselheiros que se dispusessem a participar.

O processo de indicação dos representantes para apreciar, modificar e votar o plano de metas era uma etapa a ser vencida no âmbito da conferência e, portanto, os conselheiros precisariam definir os critérios para participação das instituições. Em sessão plenária, o então presidente do conselho indicou a necessidade de publicação de um edital de chamamento

---

<sup>1</sup> O material reúne recomendações para a política tecnológica e científica do país e é denominado “Livro Azul”.



público, respaldado em uma Deliberação do Conselho Municipal, listando as unidades aptas a indicar seus delegados.

Cumprir esclarecer que a realização da Conferência foi respaldada pela Deliberação COMCITEC nº 01/2013, publicada em 16 de outubro de 2013, que estabeleceu critérios e diretrizes para a participação na II Conferência Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói e compôs as pautas das sessões plenárias dos meses de junho, agosto, setembro, outubro e a reunião ocorrida no mês de novembro. A referida conferência aconteceu nos dias 02 a 04 de dezembro de 2013, e teve por finalidade a aprovação do Plano Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Niterói, com vigência de 2014 a 2023, com a pretensão de registrar um diálogo com todos os agentes da sociedade niteroiense envolvidos no processo científico e tecnológico.

Além das burocracias geradoras das conferências, há um pensamento geral que concebe estes espaços como geradores de diálogos capazes de promover a democracia por meio de instrumentos que tornarão o Estado mais sensível às demandas sociais. Traduz-se na participação em uma conferência uma “escuta” por parte do governo na construção e implementação de políticas públicas e que há, portanto um potencial reformador e democrático presente nas conferências e demais instrumentos símbolos da democracia participativa. (Bonavides, 2001)

Neste sentido, como pudemos observar, a forma de seleção destes participantes influenciava nos resultados alcançados na II Conferência, na medida em que asseguram ou camuflam a representação da sociedade.

Nesta conferência a pretensão do então presidente do conselho e demais conselheiros era que os demais atores sociais ganhassem vez e voz e que passassem a participar dos processos de tomada de decisão que, como julgavam, “seriam de implicações diretas em suas vidas”. No entanto, nestes espaços discursivos são aptos a serem cenários de conflitos, na medida em que são explicitados novos interesses no campo das decisões de cunho político pois, na medida que se apresentarem na conferência, por meio do discurso argumentativo, deverão por princípio serem considerados e, obrigatoriamente, submetidos ao crivo dos demais participantes.



## O conceito de ciência na II Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia

A premissa de que as conferências são espaços de construção da democracia participativa esconde a fragilidade de cunho democrático das conferências que consiste na dimensão subjetiva que elege seus participantes e, conseqüentemente, revela o significado que darão a este espaço democrático. Ao voltar a atenção aos significados das categorias “ciência” e “democracia” supostamente compartilhadas pelos participantes da Conferência de Ciência e Tecnologia podemos compreender seus significados e ainda revelar os processos de construção de valores para além daqueles esperados pelos seu idealizadores e representantes institucionais.

Bruno Latour (2004) chama atenção, ao discutir o conceito de “ciência”, como faz em no relatório que apresenta ao Ministério do Meio Ambiente da França, e também na análise que realizada sobre este mesmo conceito ao retratar o Mito da Caverna, que o conceito de “ciência” pode ser compreendido a partir de duas situações de ruptura. Como considera, a primeira delas dissocia a ciência do mundo social, colocando-a como algo intangível ao homem comum, reservado àqueles privilegiados a afastar-se da vida para dedicar-se à sabedoria incólume advinda da ciência.

Frente a esta primeira noção apresentada pelo autor, o conceito de “ciência” está relacionado ao conhecimento que é produzido por aqueles que fazem parte da vida acadêmica, das instituições e que participam do processo de produção do chamado “saber científico”. Frente a isso, a “ciência” advinda de outras fontes, principalmente a do senso comum, será desvalorizada e ignorada como significado a ser incorporado ao campo de debate estabelecido no seio da II Conferência.

Neste sentido, como considera o autor, “ciência” é um conceito que se define a partir pelas disciplinas escolares, pelo método, pelos protocolos e todos que estão imersos no mundo social dissociados do ambiente profissional-científico e acadêmico estarão excluídos da discussão. Postura analítica preconceituosa e classificadora do chamado senso comum e que, portanto, está excluído do que pode ser científico.

Sob este mesmo aspecto, Goody (2012) também nos oferece importante contribuição para a compreensão dos modos de construção de significados da categoria “ciência”. Como demonstra, a dicotomia entre a “ciência” para o mundo acadêmico e para o senso comum tem sido objeto de análise de alguns autores mas que terminavam por produzir uma definição que se pretendia verdadeira dos grupos que elegiam para realizar seus exercícios analíticos. Frente a



isso, a academia terminou por produzir análises preconceituosas, tais como aquelas inerentes aos estudos sobre “populações selvagens” e “primitivas”. (Goody, 2014: 14)

Ainda sobre a primeira condição de ruptura, tal como apresentada por Latour (2004), na discussão ocorrida em sessão plenária do COMCITEC, quando os conselheiros listam as instituições aptas a indicar delegados para representá-la na conferência, fica claro que o conceito de ciência ali considerado é o de ser a “ciência” uma prática institucional. Vai ainda além, a voz será dada às determinadas instituições aptas a compreender uma sofisticada discussão “científica-tecnológica” inatingível aos homens comuns.

Como mencionado anteriormente, os representantes das instituições integrantes da Conferência foram previamente convidados e partem de um pressuposto de que são agentes produtores do que os conselheiros julgaram, naquele contexto, como “ciência”. Em sendo assim, a noção de “ciência” que orienta a indicação de seus integrantes é aquela produtora de uma dicotomia entre nós e os outros. (Simmel, 2005)

Em continuidade as condições de ruptura elaboradas por Latour (2004), a segunda delas aponta para o cientista enquanto agente que ocupa posição de superioridade por conhecer as leis criadas de forma alheia e distante do homem comum. Sendo assim, o cientista seria capaz de dizer a verdade contrapondo a sua “sabedoria” ao mundo dos ignorantes. Como no mito analisado pelo autor, o sábio que retorna à caverna empoderado da verdade que deverá nortear a vida dos comuns.

Frente a isso, durante a II Conferência os “sábios” podem ser revelados a partir da análise da posição social das instituições ali representadas. Neste contexto, ganham destaque alguns representantes de universidades do município de Niterói, considerados a partir da ampla experiência acadêmica. Em situação de observação participante, em uma das discussões ocorridas no seio da conferência municipal para análise e votação de uma das metas do PMCTN, um dos representantes acadêmicos teve voz a despeito da falta de inscrição como condição necessária para manifestar seu posicionamento. Frente a isso, aqueles ali presentes tiveram sua fala postergada.

Em situação de análise, por diversas vezes, quando os “sábios” manifestavam suas opiniões acerca do tema em questão, os demais ali representados, principalmente aqueles considerados “de fora” do mundo acadêmico, após ouvirem a fala “científica” e, portanto, a “verdade”, anulavam-se enquanto porta vozes de interesses e opiniões específicas para reiterarem o que esses “sábios” expressavam naqueles contextos. A suposta gentileza em





negar-se a si próprio a fala porque o “sábio”, academicamente consolidado enquanto portador da verdade da “ciência”, deixa transparecer a superioridade da noção de “ciência” vinculada ao que é produzido pelos representantes do mundo acadêmico. Em sendo assim, o que se manifestava era um processo de silenciamento de vozes e de desqualificação do que seria um debate para análise e aprovação do PMCTN. Como já mencionou Latour (2004), do “sábio” não é permitido discordar sob a pena de retornar para escuridão da caverna e ser considerado um ignorante, mesmo que por um processo de consentimento e voluntário entre seus próprios integrantes.

Além disso, sobre esta dicotomia entre a “ciência” da academia e do senso comum, Latour (2004) chama atenção para a própria grafia das categorias analíticas. Como demonstrou, a dissociação das ciências (aquelas do senso comum e outras tantas não institucionalmente tornadas verídicas) da Ciência (produzida pelos representantes acadêmicos) promove a politização das ciências pela espistemologia, a fim de tornar impotente a via política ordinária, concebendo a natureza como indiscutível. Desta forma, o termo Ciência deverá ser compreendido de forma ampla, abarcando contexto político, de natureza e de saberes, nela constando tanto o exercício da política quanto às práticas dos pesquisadores científicos, ou seja, “o mito da Caverna permite tornar a democracia impossível, neutralizando-a.” (Latour, 2004: 33)

Neste contexto analítico, ao convidar as escolas da rede municipal de Niterói para participar da conferência, nos foi possível observar que o conceito de ciência admitido no ambiente escolar é o disciplinar, na medida em que, mais de uma vez, foi justificado por telefone pelas responsáveis das unidades escolares que o professor de ciências não estaria disponível para participar nos dias da conferência. E ainda quando argumentado pela secretaria do COMCITEC a possibilidade e importância de enviar um representante da escola, independente de lecionar na disciplina de ciências, houve resistência. Neste caso, mais uma vez se manifestando a noção de que quem produz a “ciência” são os cientistas, aqueles do mundo acadêmico, e não aqueles que a lecionam, porque não produzem, apenas transmitem seus resultados. Além disso, podemos perceber através da resistência da equipe diretiva escolar para liberação de professores de outras disciplinas que não a de Ciências para participação na conferência municipal, que o que é inerente ao campo da “ciência” não corresponde ao que é produzido por outras disciplinas, como geografia, matemática, português e outras.



Peter Sloterdijk (2000) em uma palestra registrada no livro *Regras para o Parque Humano Uma Resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo* menciona o despreparo da escola diante da batalha contra as “forças indiretas de formação”, que seriam segundo o autor a televisão, os filmes de violências entre outras mídias “desinibidoras” (Sloterdijk, 2000: 47). O mesmo despreparo pode-se observar no conflito evidenciado ao tratar da ciência e assuntos relacionados ao meio ambiente. Temas em consonância com todas as disciplinas deveriam ser abordados por todas elas em razão de sua relevância e matéria inerente à formação humana. Contudo, a estrutura fragmentada da educação formal procura enquadrar os temas encerrando sua problemática ao que está ao alcance de uma única disciplina, desta forma, o que é relativo à temática ambiental, concebido na Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN como um tema transversal<sup>2</sup>, é minimizado ao limitado universo isolado disciplinar, quando não ignorado em toda a sua complexidade.

Na conferência, os critérios para indicação das instituições que poderiam enviar delegados aptos a discutir a “ciência” se manifestou como um posicionamento muito mais político do que burocrático e organizacional. Demonstra-se neste ato a concepção dos membros do COMCITEC a respeito de quem é capaz de discutir a política científica e tecnológica da cidade de Niterói.

Neste sentido, o conselho municipal listou em deliberação as instituições aptas a indicar seus delegados, são elas: instituições de ensino superior, sediadas em Niterói, com até mil professores, puderam indicar até quatro delegados, instituições de ensino superior, sediadas em Niterói, com corpo docente acima de mil professores, puderam indicar até oito delegados, instituições de pesquisa, fomento e difusão da ciência, sediadas em Niterói, puderam indicar até dois delegados, estabelecimentos de educação básica e profissional, públicos e privados, sediados em Niterói, puderam indicar um delegado por instituição, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, o Colégio Universitário Geraldo Reis (UFF) e o Colégio Pedro II – UNED Niterói puderam indicar até dois delegados cada, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação pode indicar até dois delegados, a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro pode indicar até dois delegados, a Secretaria Estadual de Ciência e

<sup>2</sup> Os Temas Transversais não constituem novas áreas, mas antes um conjunto de temas que aparecem transversalizados nas áreas definidas, isto é, permeando a concepção, os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas de cada área, no decorrer de toda a escolaridade obrigatória. A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso das relações interpessoais e sociais escolares com as questões que estão envolvidas nos temas, a fim de que haja uma coerência entre os valores experimentados na vivência que a escola propicia aos alunos e o contato intelectual com tais valores. (Parâmetros Curriculares Nacionais)



Tecnologia do Rio de Janeiro pode indicar até dois delegados, a Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói pode indicar até dois delegados, a Fundação Municipal de Educação de Niterói pode indicar até dois delegados, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pode indicar até dois delegados, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) pode indicar até dois delegados, a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ) pode indicar até dois delegados, a Rede Estadual de Tecnologia do Rio de Janeiro pode indicar até dois delegados, a Federação das Associações de Moradores de Niterói (FAMNIT) pode indicar até dois delegados, as representações sindicais, patronais ou de trabalhadores, sediadas em Niterói, puderam indicar até dois delegados por instituição, as entidades representativas dos setores produtivos, com atuação na área de ciência, tecnologia e inovação, sediadas em Niterói, puderam indicar até dois delegados e a Academia Brasileira de Ciências poderá indicar até dois delegados.

Esta composição foi objeto de debate pelos conselheiros que participaram das sessões plenárias que permitiu a organização da conferência. Cada qual registrou os interesses da instituição que representava, assim ficavam explícitos que a noção de “ciência” era aquela compartilhada pelos “sábios da caverna”, como demonstrou Latour (2004). Além disso, o aspecto mais discutido durante a reunião foi a respeito de quais seriam os “delegados natos” na conferência, ou seja, aqueles que não dependeriam de uma indicação como representante de determinada instituição.

Ficou definido que os delegados natos seriam o secretário municipal de educação, ciência e tecnologia, o subsecretário de ciência e tecnologia, da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói, o representante designado pelo presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense – Conleste e os reitores ou dirigentes das instituições de ensino superior com sede no município de Niterói.

A Deliberação que regulamentou quem seriam esses agentes e as instituições aptas a indicar delegados poderia ser um ponto de conflito, contudo, foi possível observar grande esforço do então Presidente do COMCITEC em contemplar todas as solicitações e perseguir o consenso. Não obstante, ainda assim os significados atribuídos a “ciência” e ao universo que integra este campo, é aquele inerente ao campo acadêmico e restrito ao que é “científico”; ou seja, quem produz “ciência” são os “cientistas”. Em sendo assim, é um conceito que é



produzido a partir dos processos políticos de avaliação dos planos municipais, mas que não é imposto tão somente pelos seus presidentes. Como já chamei atenção anteriormente, os participantes da conferência municipal também são indicados mediante convite pelos diretores das escolas que, muitas vezes, compartilham desta mesma visão.

### **A construção social do PMCTN: democracia em xeque**

703

O processo supostamente democrático de constituição da conferência municipal para construção do PMCTN é fruto, como já mencionei, do desejo de representantes governamentais em instituir um processo participativo para aprovação de tal documento pelos julgados interessados.

Por tal processo impositivo de construção de um canal de participação que se julga democrático, foram indicados os seus representantes, todos integrantes à produção da “ciência” da academia. A despeito de compartilharem dos significados atribuídos a esta mesma categoria, as ausências eram notáveis e o comparecimento às assembleias era fruto de um esforço dos funcionários do Conselho para fazer com que fosse criado nestes representantes a vontade em participar.

Por tal precariedade de competência de produção de mobilização dos representantes, principalmente no que tange à produção de um espaço de discussão de interesses comuns, a análise dos processos de implementação da II Conferência municipal de Niterói demonstra que este é decorrente de um frágil processo de mobilização coletiva. A simples indicação e o chamamento de representantes não manifesta o sentimento de coletividade, necessário a participação democrática que se pretende implementar.

A criação da CMCTN por si só expressa interesses, de certa forma, unilaterais e, portanto, que inviabilizam a participação daqueles que não compartilharam dos processos de sua construção enquanto espaço coletivo capaz de produzir de algo de relevância para a vida em sociedade.

Neste sentido, observa-se um suposto conflito de interesses porque é fruto de um desejo unilateral e que requer a participação social. Portanto, a fragilidade da proposta de criação coletiva de um plano municipal reside na dimensão subjetiva de seus idealizadores, e ao mesmo tempo cultural, de reconhecimento deste espaço como aglutinador de representantes que se



identificam com suas propostas. Por tal ação, a conferência se mantém sob o risco de deixar de existir.

Como parte do processo de mobilização dos desejosos e necessários participantes, a secretaria do COMCITEC, composta então por três funcionários da prefeitura, iniciou suas ações para divulgar e convidar os participantes, tendo já definido a representatividade pela deliberação. De todas as ações necessárias para realização do evento, foi a que exigiu maior esforço, segundo apontou a secretária-executiva do conselho.

Como parte ainda das ações de mobilização, foram enviados dezenas de ofícios às diversas instituições listadas pelo COMCITEC dando ciência da realização do evento, com a ficha de inscrição anexa, solicitando o retorno até a data limite estipulada em edital de chamamento. Além disso, foram realizadas dezenas de ligações telefônicas solicitando a participação das instituições, nesta ação um setor da secretaria de educação, ciência e tecnologia, coordenação de supervisão educacional, foi solicitado para auxiliar nestes contatos.

Ainda assim foi necessário adiar o prazo estipulado de inscrição e nesta ocasião foi elaborada nova deliberação que, além de prorrogar o prazo para inscrição, incluiu a representação da Câmara Municipal que havia sido esquecida na primeira listagem, ainda assim, não houve participação de representante da Câmara Municipal.

Além disso, o convite à participação das escolas municipais foi precedido de uma reunião com os funcionários que compõem o setor da secretaria de educação em atuação mais pedagógica e próxima às escolas, portanto, já listaram os nomes de professores que se apresentavam mais atuantes nos demais eventos da Secretaria de Educação. Desta forma, as ligações para as unidades escolares seguiram com uma sugestão ao diretor de qual funcionário que poderia representar a escola. A sugestão partiu do então presidente do conselho que deixou claro que tal sugestão não tinha a intenção de determinar a participação pela escola, qualquer funcionário que representasse seria bem vindo, contudo, ajudaria a argumentar diante da recusa das direções em enviar um participante.

Todo o esforço empreendido na divulgação e mobilização para participação na conferência resultou em um quantitativo de noventa e três delegados inscritos. Mais do que o dobro da primeira conferência em 2008, que contou com quarenta e quatro delegados. Presença maciça na abertura, no entanto, nos dias dos grupos de trabalho e plenária final para aprovação do PMCTN, o número reduziu para cerca de setenta delegados.



## Considerações finais

A análise das ações para realização da CMCTI nos permitiu observar que o conceito de ciência na produção do evento é compartilhado pelos que estão na direção das escolas para indicar os professores participantes. Trata-se da concepção de que a ciência é aquela referenciada e produzida na academia e feita por cientistas. Este conceito não é, necessariamente, comum aos representantes da sociedade, que acabarão sendo excluídos ou silenciados por esta concepção na medida em que não participarão de discussões sobre esta temática. Podemos afirmar que o Mito da Caverna analisado por Latour demonstra que a ciência concebida como um produto acadêmico é um conceito silenciador.

Cumpra aqui esclarecer que esta pesquisa ainda se encontra em fase inicial de implementação, desta primeira análise se desdobram outras possibilidades. Como, por exemplo, de investigação a respeito do conceito de “ciência” para os representantes da “sociedade comum”.

Este estudo permitiu observar que esta conferência, de certa forma, foi fruto de um ato unilateral, com o objetivo de implementar um espaço democrático de discussões por pessoas desejosas de construir um plano municipal de forma coletiva, contudo, muitas variáveis não foram observadas nesta ação.

Como aqui analisamos, os valores e concepções do grupo organizador se mostraram compartilhados por um grupo específico, sendo assim, as ações de mobilização só foram eficazes e, portanto, só faziam sentido para aqueles que compartilhavam dos mesmos conceitos. Desta forma pode-se afirmar que o processo de mobilização social foi precário, ainda que os interesses fossem supostamente coletivos.

As noções de ciência e democracia estavam previamente desenhadas, assim como, em qual medida a participação e interferências seriam aceitas. Desta forma, antecipadamente já era visível que os participantes seriam aqueles que dividiriam as mesmas concepções, ou seja, um evento de cunho muito mais social e marcado pelas referências do mundo acadêmico.

## Referências bibliográficas

BONAVIDES, Paulo. Teoria constitucional da democracia participativa: por um Direito Constitucional de luta e resistência, por uma Nova Hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade. São Paulo: Malheiros, 2001.



BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental (Tema Transversal Saúde). Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE NITERÓI, 1. 2008, Niterói. **Anais I Conferência Municipal de Ciência e Tecnologia de Niterói**. Niterói: Prefeitura de Niterói, Niterói, 2008.

GOODY, Jack. A domesticação da mente selvagem. Petrópolis: Vozes, 2012.

LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia . Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru SP: EDUSC, 2004.

PEIRANO, Mariza G.S. A favor da etnografia. Brasília: Série Etnografia, 1992.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. RBSE - Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, UFPB, vol. 4, nº 12, 265- 270, 12 de dezembro de 2005.

SLOTERDIJK, Peter. Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo . Tradução de José Oscar de Almeida Marques. 3ª. Edição. São Paulo: estação Liberdade, 2000.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.